

A PRODUÇÃO DE UM ESTIGMA: Nordeste e Nordestinos no Brasil

Helion Póvoa Neto*

O Reconhecimento do Nordeste

Não é difícil perceber o quanto as imagens do nordestino e do migrante encontram-se, em nosso país, profundamente associadas. Um exemplo carregado de negatividade poderia ser o das recentes manifestações de hostilidade a nordestinos ocorridas em São Paulo, quando "slogans" exigiram que os mesmos "voltassem à sua terra"...

Sem colocar em discussão o caráter minoritário de tais manifestações, nem desacreditá-las como meras imitações de situações de intolerância verificadas em outros contextos nacionais, não achamos prudente ignorá-las. Isso por acreditarmos que as situações referidas dizem respeito a concepções engendradas juntamente com os processos históricos que deram origem à atual formação social e territorial brasileira. Possuem, portanto, certo enraizamento, o qual deve ser considerado, até mesmo com vistas ao combate à intolerância.

Para começar, um dado concreto: é o Nordeste (tal como o entendemos hoje) efetivamente a região que, historicamente, mais contribuiu para as necessidades de força de trabalho da economia nacional. As migrações têm sido, no Brasil, importante elemento para a constituição do mercado capitalista de trabalho; os nordestinos devem receber, nesse particular, o devido destaque.

Visando alcançar uma compreensão mais profunda dos fundamentos da imbricação Nordeste-migração, faremos uma breve retrospectiva histórica da mesma, sem o compromisso de cobrir a totalidade dos processos históricos até o presen-

te e detendo-nos apenas nos momentos que nos parecem decisivos.

Poderíamos iniciar constatando simplesmente que "Nordeste", a região, nem sempre foi uma categoria com amplo reconhecimento social. Buscamos com isso evitar uma atitude de assumir como base de análise a delimitação regional atualmente reconhecida como Nordeste e recuar no tempo, tentando "encontrá-la" em momentos históricos anteriores. Acreditamos ser possível, ao contrário, perceber que tratamos de concepções construídas ao longo de uma história na qual os movimentos populacionais jogaram papel fundamental¹.

Queremos, portanto, apresentar uma objeção aos que pretendem justificar ou compreender as especificidades da questão regional no Brasil de hoje recorrendo diretamente a exemplos do período colonial ou do século passado. Se tal recuperação histórica pode ser eficaz para o entendimento da formação das diversas regiões, também pode, ao contrário, simplificar em excesso ao buscar entender o presente através de movimentos como, digamos, a Insurreição Pernambucana ou a Revolução Farroupilha. Isto por serem a segunda metade do século XIX bem como a primeira do atual, períodos com grandes transformações nas concepções vigentes a respeito do território nacional e dos deslocamentos de população. Os próprios movimentos migratórios conhecem, nesse intervalo, modificações no sentido da intensificação e redirecionamento.

Cabe, um primeiro lugar, reconhecer que a denominação "Nordeste" pouco ou nada significa antes dos anos 30 do presente século. Até o fim do Império, a referência básica é o chamado "Norte", assim como são "nortistas" os migrantes que,

no século XIX, migram para as áreas de fronteira agrícola no "Sul" (especialmente para o trabalho em certas tarefas, menos "nobres", da produção cafeeira) ou para centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

"Norte" é noção abrangente, empregada ainda hoje para definir a região de origem dos migrantes, inclusive pelos próprios, que (não totalmente desprovidos de razão) frequentemente percebem o território nacional segundo uma segmentação Norte/Sul. No período referido no parágrafo anterior, porém, o Norte inclui tanto o atual Nordeste quanto a região amazônica. "Províncias do Norte" é no Império uma designação habitual, abrangendo desde o Amazonas até Alagoas².

O conceito de "Nordeste" não tem qualquer trânsito no século XIX. Cabe destacar apenas alguns esboços de divisão regional elaborados por geógrafos como o francês Elisée Reclus em 1893 (que chama de "costa equatorial" o atual litoral nordestino) e os brasileiros Said Ali e Delgado de Carvalho, que em 1905 e 1913 reconhecem uma região "Norte-Oriental"³. No caso dos dois últimos autores, trata-se da elaboração de critérios para manuais didáticos em nível de ensino básico.

Com relação a estes "nordestes", deve-se assinalar que muitas vezes se referem mais a uma posição geográfica que ao reconhecimento de um espaço contínuo com características a serem consideradas em conjunto. Convém lembrar ainda que a sua veiculação em livros didáticos restringe-os à minoria (ainda mais ínfima, nessa época) alfabetizada e com acesso à educação regular. Se o ensino de geografia desempenha um papel na elaboração dos chamados "mapas mentais" do território nacional, não é nesse momento que a sua

influência deve ser destacada. Parece-nos que as delimitações oficiais foram assumindo um papel crescente dentro dos processos que estamos a analisar.

Tanto na academia quanto nas esferas da administração pública, a designação "Nordeste" foi sendo produzida segundo sucessivas reelaborações, as quais derivaram, certamente, do conceito mais tradicional de "Norte". A descontinuidade de critérios liga-se, certamente, ao fato de a estrutura de poder político apoiar-se substancialmente nas oligarquias provinciais/estaduais e mesmo municipais, associadas aos governos centrais. É significativo portanto o fato de que os anos 1930 assistirão à "emergência da região nordeste", exatamente quando a Federação buscará sufocar os estadualismos. Gilberto Freyre (que chefia o movimento cultural "regionalista e tradicionalista" em Recife nos anos 20) lançará em 1937 seu livro *Nordeste*, sobre a vida social no litoral canavieiro. Quase ao mesmo tempo, e também com significativa repercussão, um estudo sobre a mesma zona semi-árida, *O Outro Nordeste*, será lançado por Djacir Menezes, numa tenta-

tiva de valorizar diferente forma de delimitação espacial.

Desnecessário é dizer que o debate intelectual sobre os "nordestes" encontrou-se, por longo tempo, prisioneiro da disputa entre as elites locais, açucareiras e pecuaristas¹, que se apropriaram do discurso da "nordestinidade" em nome de suas reivindicações frente ao governo central. Isto posto, cabe acrescentar que o reconhecimento em nível nacional da problemática nordestina encontra-se atrelado também, e talvez principalmente, aos movimentos migratórios gerados pela economia regional em crise.

O período durante o qual parece ocorrer, no nível das representações, um "descolamento" entre o Norte "propriamente dito" (correspondendo aproximadamente à atual Amazônia) e o que hoje chamamos de Nordeste, vem a ser o que se estende desde as últimas décadas do século XIX até os anos 30, englobando toda a 1ª República². É este um período no qual ocorre, a partir do desenvolvimento da economia amazônica da borracha, uma nítida diferenciação econômica no interior do antigo Norte. Reforça-se, ao mesmo tempo, a hegemonia política de Pernambuco, o que ajuda a consolidar uma identificação entre Nordeste e economia açucareira, apesar dos protestos dos oligarcas do Sertão.

Nordestinos e Nordeste

Todo esse processo de transformação econômica liga-se a uma nova articulação inter-regional consolidada por movimentos migratórios. As áreas açucareiras e algodoeiro-pecuaristas expulsam trabalhadores para a Amazônia, sendo os mesmos empregados no extrativismo da borracha ou em obras como a ferrovia Madeira-Mamoré. A virada

do século é, aliás, o momento da exaltação do sertanejo nordestino como "antes de tudo, um forte", elogio no qual se sugere que o seu caráter resistente pode ser empregado, com proveito, para trabalhos que exigem pouca ou nenhuma qualificação.

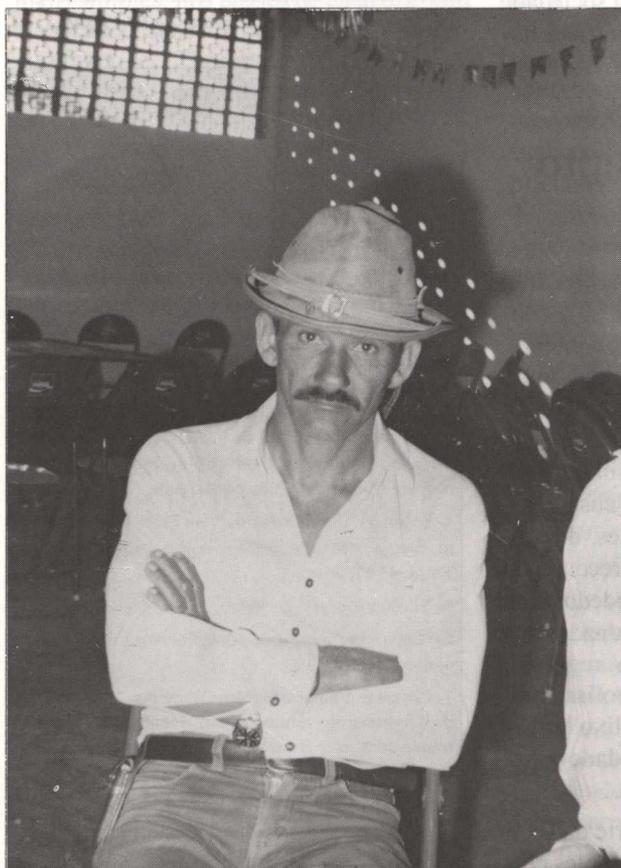
Simultaneamente, os migrantes nordestinos que se dirigem para o Sul participam da transição que se dá, nas primeiras décadas do século, de uma economia baseada principalmente na mão-de-obra imigrante, para uma de utilização intensiva do trabalhador nacional. Apesar de desprezados como pouco afeitos ao trabalho, indisciplinados, errantes e tendentes ao banditismo e ao fanatismo, os nordestinos vão ocupando postos de trabalho na região mais dinâmica da economia capitalista nacional.

A discriminação é grande, mas a necessidade de "braços" também; a princípio fornecendo trabalho a tarefas menos qualificadas ou mais arriscadas, para as quais se poupava o estrangeiro, a migração interna cresce e acaba por superar, quantitativamente, a entrada de imigrantes a partir dos anos 20. Os problemas políticos com os estrangeiros, assim como a ocorrência das duas grandes guerras, terminam por encerrar o recurso preferencial à imigração.

A partir daí, o nordestino (e, também em grande escala, o mineiro) é o trabalhador migrante "por excelência", aquele a quem a sociedade do Sudeste, passando por cima de seus preconceitos, recorre como força de trabalho disponível para a exploração capitalista. São portanto os *nordestinos* que, marcando sua presença na Amazônia e no Sul, anunciam e consolidam a existência de uma região *Nordeste*.

Saímos desse período, nos anos 40, com uma nova imagem do território brasileiro: um *Sul/Sudeste* que necessita de braços a baixo custo e em grande quantidade para a consolidação de sua dominação em nível nacional; um *Norte/Amazônia*, "vazio" pronto a acolher os "fortes" que para lá se dirijam; finalmente, um *Nordeste*, área de expulsão de milhares de trabalhadores que, apesar de "feios, sujos e desqualificados", são absorvidos nas áreas mais desenvolvidas...

Foto Arquivo CEM



Parece estar consolidado um padrão; não há mais como negar a imposição, a partir dos locais de recepção de migrantes, de um estereótipo do migrante nordestino. Ora são todos, igualmente, "paraibanos" (no Rio de Janeiro), ora "baianos" (em São Paulo), ora ainda "paus-de-arara", expressão significativa por remeter aos caminhos nos quais chegam, amontoados, ao Sudeste. São, todas essas, designações que buscam equalizar os nordestinos, que têm uma rica e diversa cultura regional reduzida ao denominador comum da migração em condições humilhantes.

Não ocorre, na verdade, um consenso a respeito da questão nordestina, nem mesmo no momento histórico a que nos referimos: enquanto no Sul os migrantes são simultaneamente rejeitados e arregimentados para o trabalho, no Nordeste as elites manifestam sua preocupação com a "fuga" de trabalhadores, a qual pode significar uma perda de poder para os grandes proprietários.

Estes têm seus interesses atendidos, no Sertão, pelas obras contra as secas, que desde a 1ª República cumprem a importante função de valorizar as propriedades e manter, via frentes de trabalho, as reservas de mão-de-obra e de eleitores cativos dos "coronéis". A estrutura institucional montada com tais objetivos, representada principalmente pelo atual DNOCS, permanece até hoje como um reduto do clientelismo e do conservadorismo na região.

A segunda metade dos anos 50 representa uma guinada na percepção da questão migratória nordestina. Procede-se, em primeiro lugar, a uma grande mobilização de trabalhadores para a construção da nova capital, no Centro-Oeste. Mais importante que isso, porém, é o deslocamento da consideração da questão regional do enfoque assistencialista para a promoção do desenvolvimento econômico, visando reduzir a disparidade frente ao Sudeste. A criação do Banco do Nordeste e, principalmente, da SUDENE, sinalizam a descontinuidade fundamental deste momento.

Doravante, o problema do Nordeste tende a ser encarado como uma questão de *subdesenvolvimento regional*. As medidas propostas passam a incluir, portanto, não mais a abertura de poço nas terras dos

"coronéis" (ainda que a prática tenha permanecido), mas sim o aumento na produtividade agrícola e o incentivo à industrialização.

As migrações continuam a ser encaradas com preocupação, e são sempre referidas nos planos de desenvolvimento para a SUDENE, numa associação em que resolver o problema do Nordeste implica, também, em solucionar a questão dos deslocamentos de nordestinos. Celso Furtado, principal idealizador da Superintendência, chega a apontar a continuidade das migrações como ameaçadora à unidade nacional, pelo aumento do desemprego no Sudeste, associado a conflitos que tenderiam a ocorrer⁶. O migrante *desempregado* nordestino é agora o novo problema, em substituição/justaposição ao tradicional *flagelado* ou *retirante*.

O futuro da intervenção planejada no Nordeste seria, como é sabido, o da ênfase à industrialização regional subordinada às necessidades do Sul, enquanto a questão da terra permaneceria relegada a cômodo segundo plano. O estigma da migração continuaria, em todo caso, a marcar a percepção dos nordestinos pela sociedade nacional. Encerramos aqui, após o destaque a alguns momentos significativos, nossa breve recuperação histórica.

Sobre o Momento Atual

Não somos originais ao assinalar a ocorrência de mudanças recentes na concepção dominante de desenvolvimento, com os postulados neoliberais buscando impor um não-compromisso entre crescimento econômico e integração social, onde gastos associados ao desenvolvimento social são percebidos mais como custos que como investimentos⁷. Migrantes, desempregados... pobres, enfim, parecem não mais representar potenciais vendedores de força de trabalho, a serem acionados via políticas de desenvolvimento regional, urbano ou de qualificação profissional. Aparecem, tão somente, como lixo humano, inútil, custoso para a sociedade e, em certas circunstâncias, perigoso.

É segundo este viés que parte da sociedade brasileira percebe os migrantes nor-

destinos. O Nordeste é hoje, após longa construção e reelaboração histórica, um "dado" da realidade social⁸ ao qual se associam, por vezes, referências negativas. Não há "identidade nordestina" trans-histórica, e sim como produto do movimento social. O estereótipo do nordestino migrante, ao qual não se resume a identidade regional, é contudo um de seus elementos, definido "de fora".

Hoje, nordestinos e migrantes são os excluídos, os explorados, os dominados; parte da sociedade olha para os mesmos como algo a ser, senão eliminado, pelo menos mantido a confortável distância. O sonho do separatismo de estados e a criação de "fossos" (serviços de controle) contra migrantes em cidades médias são tentativas de lidar, o mais eficientemente possível, com os "indesejáveis". Mais que a, por vezes alegada, defesa das culturas locais contra a imigração descaracterizadora, existe a rejeição pura e simples àqueles que, ansiando por mudar de vida, ousaram exercer o direito de mudar de lugar.

* Helion P. Neto é Prof. da UERJ e da PUC/RJ. Desenvolve, no momento, o Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

1- Boa parte destas reflexões encontra-se presente no primeiro capítulo de nossa dissertação de mestrado *Nordeste, Nordestinos: questão migratória e política regional*, defendida junto ao IPPUR/UFRJ em 1988.

2- Ver, a respeito, as contribuições de Gadiel Perruci (*A República das Usinas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978) e Rosa Godoy Silveira (*O Regionalismo Nordeste*, São Paulo, Moderna, 1984).

3- Informações retiradas do clássico estudo de Fábio Macedo Soares Guimarães ("Divisão Regional do Brasil", *Revista Brasileira de Geografia*, abr/jun. 1941), encarregado pelo IBGE de investigar critérios anteriores com vista ao estabelecimento de uma regionalização definitiva para o país.

4- Sobre os "dois nordestes", ver Francisco de Oliveira, *Elegia para uma Re(l)igião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 3ª ed.

5- Silveira, *op. cit.*, p. 161.

6- Celso Furtado, *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, ISEB, 1959.

7- Carlos B. Vainer e Martim O Smolka, "Em Tempos de Liberalismo, tendências e desafios do planejamento urbano no Brasil", em R. Piquet e A.C.T. Ribeiro (orgs.), *Brasil, Território da Desigualdade*. Rio de Janeiro, Zahar, FUJB, 1991.

8- A expressão é de Maura Penna, *O que faz ser Nordestino*. São Paulo, Cortez, 1992, p.47.